



**III SRCCC**  
Seminário Regional  
Comércio, Consumo e Cultura  
nas cidades  
Sobral-CE, 19 a 22 de junho de 2017

## **CONSUMO PRODUTIVO AGRÍCOLA E ECONOMIA URBANA NO OESTE BAIANO**

### **AGRICULTURAL PRODUCTION CONSUMPTION IN WEST BAHIA**

Camila Dutra dos Santos<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

A economia urbana deve ser compreendida de forma ampla, incluindo as mudanças no campo e na cidade. A difusão do agronegócio no Oeste Baiano, a partir dos anos 1980, implicou num maior e mais especializado consumo produtivo agrícola, com base na demanda de insumos e serviços modernos para atender às empresas e fazendas produtoras de *commodities* agrícolas, sobretudo da soja. Com isto, algumas cidades do espaço urbano regional do Oeste Baiano, sobretudo aquelas próximas às áreas de produção agrícola moderna, incorporaram um número expressivo de estabelecimentos comerciais de insumos e prestadoras de serviços que surgiram ou se incrementaram para atender as novas demandas produtivas do agronegócio em expansão. Para o entendimento do papel central dos espaços urbanos no avanço do agronegócio no Oeste Baiano, é preciso compreender, portanto, a relação campo-cidade e a importância que a difusão do consumo produtivo agrícola tem na economia urbana da região.

Palavras-chave: Agronegócio; Relação Campo-Cidade; Consumo Produtivo Agrícola; Economia Urbana; Oeste Baiano.

#### **1. INTRODUÇÃO**

O atual período histórico é marcado para M. Santos (1996) por uma unicidade da técnica, uma convergência dos momentos e uma unicidade do motor da vida social, sendo este a própria universalização da mais-valia. A técnica, a ciência e a informação tornam-se, portanto, essenciais à coordenação desse novo regime de acumulação. Em resposta a essas transformações gerais da sociedade, o espaço toma a forma de “meio técnico-científico-informacional” (M. SANTOS, 2005).

É imposto pelo capitalismo, que este sistema técnico seja predominante em todos os lugares na atualidade e sirva de base material da globalização. Dessa forma, a agropecuária não fugiu a este processo. O progresso técnico da agricultura vem se realizando, exatamente, no intuito de reduzir o

<sup>1</sup> Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. da Universidade Estadual do Ceará, e-mail: camilageo@hotmail.com

tempo do ciclo produtivo e permitir que o lucro chegue mais rápido. A difusão de um novo modelo de produção globalizada no território brasileiro, pós-1970, promoveu um reajustamento social, econômico e político no campo e na cidade e induziu uma atividade agropecuária intensiva em capital, ciência, tecnologia e informação, chamada por M. Santos (2000) de “agricultura científica”.

Essa nova formatação entre produção e consumo na agricultura moderna passa a demandar novos mecanismos que tenham a capacidade de dar conta da circulação do produto agrícola. Na agricultura este processo se materializa na emergência de um mercado de bens e serviços necessários à realização dessa agricultura modernizada, ou seja, um terciário especializado para atender as demandas da agricultura moderna, como consequência o “consumo produtivo agrícola” (M. SANTOS, 1996, 2000, 2005; ELIAS, 2003; ELIAS e PEQUENO, 2010; C. SANTOS, 2010) se alarga com os investimentos na produção agrícola de caráter industrial.

Elias (2003, 2006) constatou que as exigências do campo moderno produzem novas demandas de comércio e serviços nas cidades, pois a modernização da agricultura requer a utilização de máquinas, implementos, adubos, defensivos, sementes selecionadas, serviços técnicos baseados no conhecimento científico, crédito rural, etc. A economia urbana deve ser compreendida, portanto, de forma ampla, incluindo as mudanças no campo e na cidade. Na opinião de Endlich (1998, p.83):

Paradoxalmente, à medida que se reduziu a população rural, ampliaram-se as relações entre o campo e a cidade. Neste novo quadro, os agricultores passaram a provocar, para a satisfação de suas necessidades, um aumento do consumo consuntivo e para o desenvolvimento as atividades agropecuárias, um aumento do consumo produtivo rural.

Esse processo provoca alterações na dinâmica populacional e incremento da economia urbana, resultando na reestruturação dos espaços urbanos. Vemos, então, nas áreas de difusão do agronegócio, as cidades mais próximas serem adaptadas para atender às demandas desse consumo produtivo em expansão mediado pelo crescimento e espacialização de atividades terciárias associadas à produção agrícola (ELIAS, 2003, 2006).

Esse processo está ligado a outro, o da multiplicação do número de cidades locais e o aumento da importância dessas, sobretudo quando próximas às áreas de agricultura moderna, o que exige considerarmos a proposta de M. Santos (2005) de analisarmos as “regiões agrícolas e regiões urbanas”, e não mais “regiões rurais” e “cidades”. Para esse autor, hoje “as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais” (M. SANTOS, 2005, p. 73). Portanto, em ambas convivem áreas urbanas e rurais sendo que “o que distinguirá a região urbana e a região agrícola não será mais a especialização funcional, mas a quantidade, a densidade e a multidimensão das relações mantidas sobre o espaço respectivo” (M. SANTOS, 2005, p.74).

O Oeste Baiano, uma dessas “regiões agrícolas”, incorporadas à expansão da agricultura capitalista e moderna desde os anos 1980 se insere nas várias áreas do Brasil nas quais, segundo

Elias (2006), a urbanização se deve diretamente à consecução desse agronegócio globalizado. Quanto mais modernizada, mais a agricultura torna-se exigente quanto ao consumo produtivo necessário a sua realização e é na cidade que esta irá suprir tal demanda. No caso do Oeste Baiano, existem duas cidades, uma mais que a outra, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, e alguns núcleos urbanos menores que dão suporte a esse mercado de insumos agrícolas, atendendo um raio de influência de cidades que, algumas vezes, extrapola a própria região. O objetivo desse artigo é, portanto, discutir as redefinições na economia urbana regional que respondem às demandas provenientes do campo moderno e aparecem como consequência da difusão do consumo produtivo agrícola no Oeste Baiano.

## **2. INCORPORAÇÃO DO OESTE BAIANO À FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA**

Desde os anos de 1960, a expansão da soja no território brasileiro conta com o apoio de políticas públicas dos governos e países interessados. Dos anos de 1960 aos anos de 1980, foi criada uma série de programas desenvolvimentistas, cujo objetivo principal era dar suporte e efetivar a ocupação do Brasil Central. Dentro dessa lógica, podemos destacar algumas políticas: o Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial (Proterra - 1967), o Programa de Integração Nacional (PIN - 1970), o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste - 1971), o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro - 1975), o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecerr - 1979), o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (Profir - 1982), dentre outras.

Aproveitando-se dos incentivos do Estado, dos baixos preços das terras e da ampliação dos sistemas técnicos e de infraestruturas do final da década de 1970, muitos agricultores, sobretudo paranaenses, catarinenses e gaúchos (mas também brasileiros de outros estados) dirigiram-se em massa para o Cerrado, a nova fronteira agrícola à época. Parte dessa leva de produtores, acompanhada de seus familiares, direcionou-se para o Oeste Baiano. Esses produtores venderam suas propriedades no Sul e resolveram “tentar a sorte” nessa região, investindo seu capital em maquinários e enormes extensões de terras nos cerrados nordestinos, aparentemente “desocupadas”, vendendo parte destas para outros fazendeiros que chegaram posteriormente. O Oeste Baiano, polarizado pelas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, estende seu raio de influência ao Sul do Maranhão, Sul do Piauí, assim como partes do Leste do Tocantins e até mesmo do Goiás.

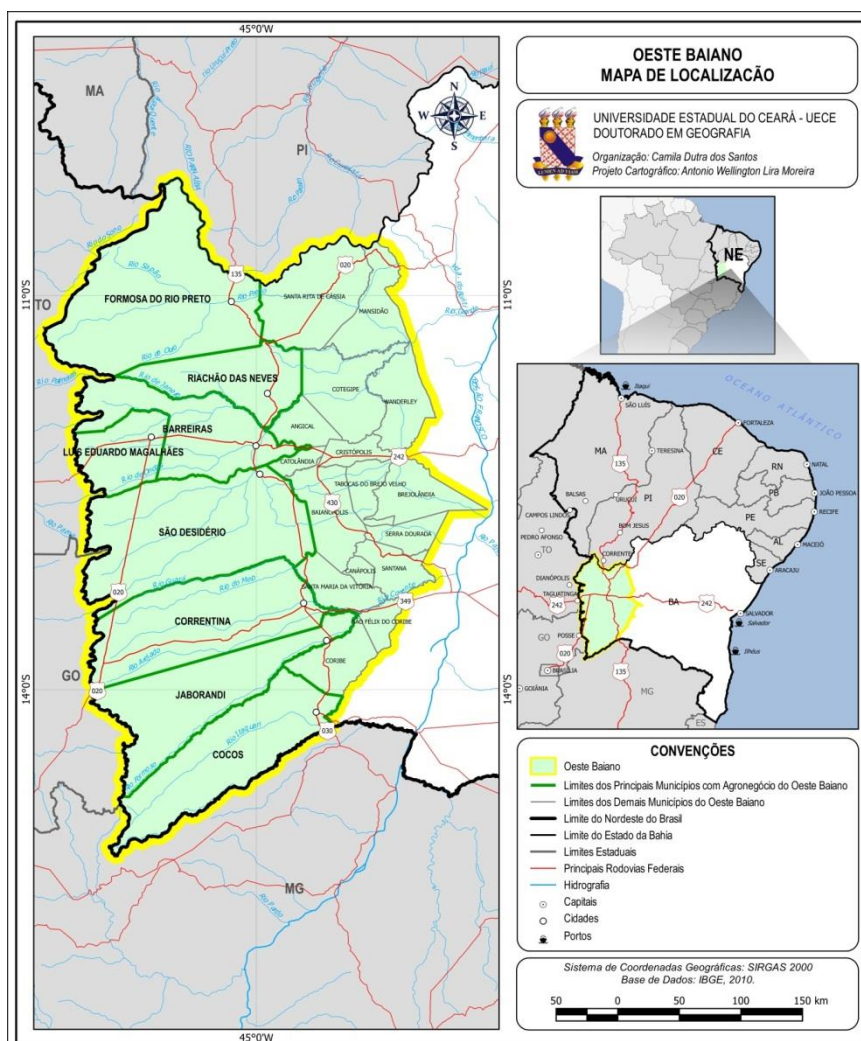


Figura 1 – Mapa de localização do Oeste Baiano.

Fonte: Organização de Camila Dutra, Projeto Cartográfico de Wellington Lira Moreira, 2015. Base de dados: IBGE, 2010.

Os agricultores e grupos empresariais que chegaram ao Oeste Baiano, a partir de 1980, já tinham níveis superiores de tecnologia. Alguns já eram até mesmo agrônomos e técnicos agrícolas de formação, e os outros, mesmo não sendo formados, eram experientes proprietários de terras. Esses produtores introduziram o cultivo moderno da soja e implantaram perímetros irrigados e projetos agroindustriais na região, baseados principalmente no aporte técnico e de capital público<sup>1</sup> e privado. A mecanização, a utilização de insumos para correção do solo e as práticas de irrigação, incorporadas pelos agrônomos sulistas, aos poucos foram se tornando comuns no Oeste Baiano, e hoje são predominantes.

Essa região tem experimentado um processo de ocupação comandado por agentes econômicos extrarregionais e tem recebido capitais predominantemente não nordestinos. Lá estão

<sup>1</sup> O amparo de políticas de crédito e de incentivos fiscais das instituições públicas do Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco de Desenvolvimento da Bahia (DESENBANCO) foram cruciais nessa fase.

instaladas plantas industriais das principais empresas esmagadoras de soja – como as multinacionais Cargill e Bunge; escritórios das empresas ADM, Amaggi & Louis Dreyfus e Multigrain – *tradings* comercializadoras de grãos –; além de cooperativas agrícolas e de uma variedade de empresas de comércio e de serviços que atendem ao “consumo produtivo agrícola” (M. SANTOS, 1996, 2005, 2006; ELIAS, 2003; ELIAS, 2006; C. SANTOS, 2010) em expansão.

Com a difusão do agronegócio, os lugares incorporados são submetidos às mudanças nas suas formas e conteúdos. Elias (2006) constatou que ao mesmo tempo em que ocorrem as transformações no campo, provenientes da reestruturação produtiva da agropecuária, se processam mudanças também nas cidades próximas, como alterações nos seus padrões demográficos, além de uma reorganização do espaço urbano-regional. Temos, portanto, “um avanço da fronteira agrícola acompanhado do avanço da fronteira urbana” (FREDERICO, 2010, p. 59). E como diria Bernardes (2009, p.31), “o novo urbano da fronteira da agricultura moderna é constituído por cidades funcionais às novas exigências do campo”.

As transformações ocorridas nas últimas quatro décadas no Oeste Baiano, associadas à difusão do agronegócio, promoveram profundas mudanças na região, como aumento do êxodo rural; crescimento populacional; expansão da economia urbano-regional; alterações no mercado de trabalho, inclusive o surgimento de uma nova cidade do agronegócio, Luís Eduardo Magalhães, que nasceu da necessidade técnica da agricultura científica e da disputa política entre sulistas (principalmente gaúchos) e nordestinos.

A economia urbana das cidades que fazem parte do Oeste Baiano, em muitos aspectos, se associa diretamente à difusão do agronegócio na região. O consumo produtivo agrícola atua como um fator de integração regional, uma vez que as cidades que se destacam no comércio e prestação de serviços, voltados às demandas do agronegócio, servem de referência à dinâmica econômica regional. A cidade de Luís Eduardo Magalhães, por exemplo, é um importante polo de recepção de fluxos relacionados à venda de ferramentas, insumos, maquinários e serviços especializados para a produção agrícola. Outros centros, em menor proporção, são Balsas (MA), Uruçuí (PI), Bom Jesus (PI) e Pedro Afonso (TO), que também atuam nesse tipo de comércio.

### **3. CONSUMO PRODUTIVO AGRÍCOLA: BREVE CONCEITUAÇÃO**

O conceito de consumo produtivo em Marx (1982) está associado diretamente à relação capital – trabalho. Em sua obra encontramos a referência a este conceito, quando o autor apresenta, na discussão dos meios de produção, como esse tipo de consumo se integra de maneira mais direta e imediata à reprodução do capital. Esse autor constatou que a produção era também imediatamente

consumo, primeiro porque o indivíduo, ao produzir desenvolvendo suas faculdades, também as gasta, as consome no ato de produção. Segundo, porque produzir é consumir os meios de produção utilizados e gastos.

Para Marx (Ibid., p. 8), “à produção, enquanto é imediatamente idêntica ao consumo, o consumo, enquanto coincide imediatamente com a produção, chamam de consumo produtivo”. E esta produção, idêntica ao consumo, se torna a segunda produção, pois nasce do aniquilamento (consumo) do produto da primeira. Assim, podemos ver que esta forma particular de consumo, o consumo produtivo, em consequência da sua natureza produtiva, mantém, portanto, relações diretas com o processo de produção e circulação do capital.

Podemos concluir a partir do pensamento de Marx, que todo processo de produção é também processo de consumo. Se a produção se realiza para o mercado e dentro de uma lógica mercantil capitalista, todo processo de produção enseja o seu próprio consumo produtivo. Daqui só poderíamos tirar como exceção o consumo conspícuo (de luxo) e o consumo consultivo (da força de trabalho), já que a força de trabalho é uma mercadoria também produzida e reproduzida, como as demais mercadorias, e que não deixa de também ser um insumo indispensável para a atividade produtiva em geral.

E o que se consome na produção? Na produção se consome trabalho morto (matérias-primas, prédios, localizações, máquinas, equipamentos etc.) e se consome trabalho vivo – força de trabalho. Assim produção é consumo e é consumo produtivo. Hoje a produção consome também conhecimento e técnica em estado produto. O consumo produtivo, dentro do novo regime de acumulação que se apresenta a sociedade, refere-se diretamente à incorporação de técnica, ciência e informação na produção.

De acordo com Elias (2003, p.188), diferentemente do “consumo consuntivo” que se esgota em si mesmo, que tem objetivos imediatos, que não se direciona às atividades produtivas, o “consumo produtivo” refere-se a um conjunto de bens e serviços voltado à produção de novos bens e serviços. O primeiro tipo de consumo, mesmo de forma ampliada, não promove uma modificação qualitativa na composição do urbano, porque se baseia na demanda e nos estratos de renda. Já para o caso do consumo produtivo, este resulta da produção para nela inserir-se novamente, convertendo-se em meios de produção e de subsistência que voltam a entrar na reprodução ora de mercadorias, ora da própria força de trabalho.

Na Geografia, Milton Santos introduziu o conceito de consumo produtivo referindo-se, entre outros, ao campo moderno. Elias (2003, 2006), prosseguindo nessa linha de estudos, investigou a difusão do “consumo produtivo agrícola”. As exigências do campo modernizado produzem novas demandas de comércio e serviços nas cidades, pois a modernização da agricultura requer a utilização

de máquinas, implementos, adubos, defensivos, sementes selecionadas, serviços técnicos baseados no conhecimento científico, isto é consumo produtivo.

É a indústria que passa a fabricar esses fatores de maior produtividade para o campo. Dessa forma, parte da produção agropecuária torna-se cada vez mais dependente da indústria, numa relação intrínseca com a tecnologia e o capital, que tentam forjar as condições necessárias à produção agrícola, chamada por M. Santos (2000, p. 88) de agricultura científica, a qual “é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas”.

É preciso destacar que o consumo produtivo não inclui apenas os produtos materiais (insumos, máquinas e ferramentas), mas também abrange os serviços (armazenagem, construção, infraestrutura, comunicação, distribuição) e o trabalho imaterial (qualificação de mão de obra, pesquisa e desenvolvimento, assistência técnica) etc. As mercadorias que compõem o consumo produtivo aparecem tanto como insumos – feitos “capital” – quanto como produto e renda.

O consumo produtivo abrange, portanto, elementos que formam o capital, sendo eles mesmos bens produzidos e, portanto, não são desejados em si mesmos, senão pelo valor dos bens finais que são capazes de produzir. “Os insumos são transformados em produto, através da ‘função de produção’, que determina a quantidade de produto a ser gerado, dadas as quantidades de terra, trabalho e capital”. (BELLUZZO, 1980, p.63).

Num período em que a produção se torna, cada vez mais, intensiva em capital, tecnologia e ciência e a indústria se desconcentra, o terciário ganha evidência no desenvolvimento destas etapas da produção. Esse passa a dar respostas ao consumo produtivo em expansão, e exerce importante papel de tornar consumível a mercadoria, isto é, colocá-la no mercado (VARGAS, 2001). Isto mostra que o desafio do modo de produção capitalista não é somente produzir, mas fazer com que a produção circule, afinal, mercadoria parada não enseja lucro.

#### **4. DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO E RELAÇÕES CAMPO-CIDADE**

A difusão do agronegócio, com rebatimentos tanto no espaço rural quanto no espaço urbano, assume atualmente formas por demais intrincadas, tornando questionáveis as tradicionais classificações espaciais, sobretudo a separação entre campo e cidade para muitos casos. A atual complexidade da rede urbana brasileira também é outro fato que torna impraticável o uso tão-somente de tipologias clássicas para qualificar os espaços hodiernos, cobrando urgentemente uma superação da dicotomia

campo-cidade<sup>2</sup> requerendo, pois, um esforço metodológico em outro patamar, como já destacaram alguns autores, entre os quais Carlos (2004) e Sobarzo (2006).

Assim sendo, é imprescindível ultrapassar essa visão de oposição, pois campo e cidade formam uma unidade contraditória, que evidencia uma espécie de cooperação na divisão social e territorial do trabalho entre esses dois espaços (CARLOS, 2004). Ademais, a relação campo-cidade não é unilateral, isto é, não é, por exemplo, a cidade dominando o campo ou vice-versa, ou alguma tendência de desaparecimento de um ou de outro. Pelo contrário, trata-se de um movimento dialético e complexo. A questão principal a ser destacada é, por conseguinte, que campo e cidade estão articulados em uma relação de complementariedade e, juntos, constituem uma totalidade, sendo preservadas suas especificidades, como observa Rua (2005).

A expansão da urbanização e incremento da economia urbana, em áreas de difusão do agronegócio, adquire um padrão competitivo, empreendedor, ajustado aos interesses capitalistas e, portanto, atrativa aos agentes hegemônicos das redes agroindustriais. A lógica dominante agora, portanto, é da “urbanização corporativa” e da “cidade corporativa” (M. SANTOS, 2005), isto é, empreendidas sob o comando dos interesses das grandes firmas. Esse tipo de urbanização é comum nas áreas de expansão do agronegócio – direcionada por interesses de *holdings* hegemônicas das redes agroindustriais (ELIAS, 2003).

De acordo com M. Santos (2005, p.56), “a cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo”. Ou seja, é na cidade onde o capital agroindustrial encontrará alicerces para sua plena realização, como a mão de obra especializada, o mercado consumidor, os comerciantes (de produtos e insumos), os agentes governamentais, os centros de ensino e pesquisa e todos os demais produtos e serviços necessários à produção agrícola e agroindustrial (C. SANTOS, 2010). Com a difusão do agronegócio, as velhas relações campo-cidade são reforçadas e surgem outras novas.

Na realidade, com a modernização da agricultura e a instalação de uma produção corporativa, assim como de uma circulação, distribuição e informação corporativas, a demanda cumprida pelas cidades acaba sendo majoritariamente reclamada pelas empresas, ou em todo caso tal demanda é privilegiada no estabelecimento dos planos regionais. (M. SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 280).

Para compreender as dinâmicas socioespaciais das áreas de expansão do agronegócio, nos parece inevitável uma análise dos processos econômicos partindo da cidade, assim como a apreensão do fato urbano sob o olhar econômico. Camagni (2005) nos oferece uma visão esclarecedora da cidade

---

<sup>2</sup>O uso que fazemos da expressão “campo-cidade” em vez de “cidade-campo” toma como referência nosso nível de aproximação com os estudos agrários. Reconhecemos a existência e importância dessa segunda dimensão analítica, trabalhada, por exemplo, por Sposito (2006) no texto “A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade”. No entanto, como nosso intuito aqui é focar as relações estabelecidas entre campo e cidade e entre o rural e o urbano, baseado na reestruturação produtiva da agropecuária e na difusão do agronegócio, a primeira opção metodológica contempla melhor esse objetivo.



a partir da economia e participa da ideia de que a Economia urbana tem o privilégio de analisar o processo econômico em movimento em seu espaço de referência, o espaço urbano. Concordamos com a análise desse autor quando ele considera a cidade enquanto categoria econômico-espacial.

Dentro da economia urbana, as atividades terciárias tornam-se, na atualidade, importantes aos novos sistemas técnicos por, muitas vezes, precederem à produção material propriamente dita, e sem elas, inúmeras atividades primárias não poderiam se realizar, não com a carga necessária de técnica, ciência e informação exigida hoje aos novos sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 1996). E, possuindo o terciário uma lógica tipicamente urbana (PRONI; SILVA; OLIVEIRA, 2005), é na cidade aonde irão se concentrar os estabelecimentos comerciais e de serviços mais representativos deste consumo produtivo agrícola em expansão.

A extensão da urbanização se processou no Oeste Baiano, portanto, a partir dos anos de 1980, década essa que marca exatamente o início da expansão do agronegócio na região. Com a expansão dessa atividade econômica as necessidades de consumo da agricultura moderna aumentam a importância econômica e demográfica dos centros urbanos (M. SANTOS, 1996, 2005). Foi por Barreiras, núcleo antigo surgido ainda no período colonial e principal cidade do Oeste Baiano, que se iniciou a difusão do agronegócio da soja no Nordeste, ficando essa cidade responsável por uma nova dinâmica, expansão e diversificação das atividades econômicas da sua região de influência, sob a liderança das empresas do agronegócio.

O desenvolvimento urbano no Oeste Baiano envolve a existência de importantes vínculos entre a produção de soja, realizada pelos produtores agrícolas nas áreas rurais e, o beneficiamento e processamento desse produto nas agroindústrias instaladas nas duas principais cidades da região – Barreiras e Luís Eduardo Magalhães –, fortemente vinculadas às suas zonas rurais, evidenciando o estreitamento da relação campo-cidade. Tais vínculos entre produtores e agroindústrias se manifestam de diferentes formas: através da aquisição de insumos pelos produtores, grande parte fornecida pelas agroindústrias; do acesso ao crédito agrícola, intermediado por estas empresas junto aos bancos; das novas normas, regras e regulações resultantes de um padrão tecnológico adotado por agroindústrias; do sistema de transporte operado por elas, que leva os insumos e traz os grãos dos produtores, etc. Esse contexto é o mesmo para o algodão, o milho e o café produzidos na região.

No Oeste Baiano é muito comum encontrarmos empresários rurais que têm seus negócios expandidos para atividades consideradas tipicamente urbanas, como o transporte (companhias transportadoras), os serviços (postos de gasolina, armazenagem, corretoras, consultorias, empreendimentos imobiliários etc.) e a indústria (principalmente aquela ligada ao beneficiamento agrícola). Além disso, muitas empresas agrícolas localizam-se na própria zona rural dos municípios, e grande parte dos empresários e trabalhadores alterna sua permanência entre trabalho no campo e

residências na cidade. A dependência de toda a região em relação ao setor primário torna as cidades, dessa fronteira agrícola, vulneráveis às sucessivas crises da agropecuária.

No Oeste Baiano, a economia urbana das cidades envolvidas é direta ou indiretamente atingida pela difusão do consumo produtivo agrícola, a partir do crescimento do número de estabelecimentos vendedores de insumos e prestadores de serviços agrícolas. É um reflexo da própria dinâmica da agricultura capitalista, afinal os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços sediados nas cidades facilitam a gestão do campo como uma empresa, que pode ser comandada da cidade (C. SANTOS, 2010).

## **5. O COMÉRCIO DE INSUMO AGRÍCOLAS NO OESTE BAIANO**

O Oeste Baiano se destaca pela maior concentração, no Nordeste, das representações das principais empresas mundiais de comercialização de grãos e das concessionárias das principais indústrias mundiais de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas. Os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães se sobressaem na região por conter revendedores autorizados das marcas John Deere, Valtra, Agrale, Semeato, Ford, Muller, New Holland, Case IH e Massey Ferguson. Cabe destacar que as empresas que revendem os produtos desses fabricantes, além de oferecerem assistência técnica e profissional aos seus principais clientes (os grandes produtores agrícolas), responsáveis pelo dinamismo nos ramos de veículos, máquinas, fertilizantes, também atuam no segmento financeiro oferecendo linhas de créditos para a compra financiada de seus próprios produtos.

Segundo Elias (2006, 2011, 2012) o comércio de insumos agrícolas em Luís Eduardo Magalhães chega a impressionar qualquer visitante. Apesar de ser uma cidade menor que Barreiras e apresentar um terciário mais modesto que esta, a difusão do consumo produtivo agrícola parece superar o da cidade mais importante da região. Perfilando-se ao longo da BR-242, comércios que negociam produtos agrícolas modernos existem numa quantidade tão elevada que melhor exemplo não poderia existir para situar Luís Eduardo Magalhães, definitivamente, conforme afirma a autora desde sua pesquisa sobre a região, como uma “cidade do agronegócio”. Na Figura 1 podemos observar como essa cidade é pulverizada pelo comércio associado ao consumo produtivo agrícola.



Figura 1 – Distribuição espacial dos estabelecimentos comerciais do consumo produtivo agrícola em Luís Eduardo Magalhães/BA em 2015

Fonte: Organização: Camila Dutra, a partir de intervenção sobre imagem do Google Earth.

São perceptíveis as estreitas relações desenvolvidas pelo comércio e a agricultura moderna em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, pois as evidências estão em todas as partes. A produção agroexportadora, que impõe novas marcas ao espaço agrário dessa região faz o mesmo com os elementos que redefinem o espaço urbano. Não é possível ficar indiferente aos fluxos (caminhões, pessoas, mercadorias), objetos (casas comerciais), comunicações (publicidade), entre outros, voltados para as demandas do campo.

A principal porta de entrada da cidade de Barreiras, o seu aeroporto, já traz como “boas-vindas” um painel publicitário de uma empresa do ramo de insumos agrícolas. Dessa forma, é nítido que, nos casos onde o campo sofre um forte impulso dos investimentos de natureza capitalista, ele acaba ganhando mais força para modificar sensivelmente o movimento da cidade, designando a ela uma nova diversidade de produtos e funções. Um exemplo é a utilização da soja enquanto medida de valor, muitas vezes compra-se de tudo com o valor que ela representa no mercado de *commodities*, inclusive lotes, apartamentos, veículos, entre outros. Os preços e os prazos estabelecidos para pagamento também tomam como referência o período da safra.

O apelo ao consumo produtivo agrícola é muito grande na região. Não apenas em Luís Eduardo Magalhães, onde as principais revendas de máquinas e implementos agrícolas do país têm representações, mas também nos outros municípios próximos, onde as filiais dessas empresas se localizam. Essas lojas apresentam o que há de mais moderno no mercado agrícola em termo de

máquinas e insumos. A combinação de diferentes tecnologias vem sendo utilizada como estratégica para ampliar a produtividade nas lavouras mecanizadas e os resultados chegam ao Oeste Baiano através da venda de modernos equipamentos. Nessa região é possível encontrarmos o que há de mais moderno, e oneroso, no mundo das máquinas e equipamentos agrícolas.

A Agrosul, maior revendedora John Deere do país, possui matriz instalada em Luís Eduardo Magalhães. Essa concessionária, por exemplo, vende praticamente a metade das máquinas e implementos utilizados no Oeste Baiano tendo lançado, na Bahia Farm Show de 2011, sua colheitadeira de algodão 7760, de 507 cv (US\$ 650 mil dólares), que conta com uma nova tecnologia revolucionária do sistema de colheita, pois enfarda o produto enquanto colhe e o entrega em fardos redondos, prontos para serem transportados. Uma máquina como essa, além de eliminar 1 trator, 1 *transborder* e 2 prensas, elimina também trabalhadores, vários, de 5 a 6 deles.



Figura 2 – Luís Eduardo Magalhães (BA). Empresas do consumo produtivo agrícola: Agrosul à esquerda e Lavobrás à direita.

Fonte: Camila Dutra, 2014.

Devido ao grande potencial agrícola da região, além de máquinas e equipamentos agrícolas, o comércio do Oeste Baiano é destaque também no fornecimento de insumos químicos e biológicos. Esses produtos, assim como os grãos, têm seus preços definidos nas bolsas de valores. As lojas desse ramo vendem tanto para as *tradings*, quanto para os fazendeiros (pequenos, médios e grandes), revendedores e também para o mercado externo. Representam marcas internacionais como BASF, Bayer, Syngenta, Yara, etc. Além da venda dos produtos, essas empresas fornecem serviços de assistência técnica, experimentos e projetos. A Galvani, instalada em Luís Eduardo Magalhães/BA, é a maior fábrica de fertilizantes do Nordeste e fornece produtos para o Tocantins, Piauí, Maranhão, bem como para todo o Oeste Baiano.

Todo o Bamapito, região agrícola situada entre os estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins, tem o Oeste Baiano, principalmente o município de Luís Eduardo Magalhães, como uma

referência para o comércio de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas. Devido a isso, é frequente o fluxo de empresários, representantes e revendedores que vêm a essa cidade e à Barreiras para comprar esses tipos de produtos. Também é comum encontrarmos em outras cidades do Bama-pito, como Bom Jesus (PI), Uruçuí (PI) e Dianópolis (TO), filiais de empresas comerciais do ramo agrícola, com matriz em Luís Eduardo Magalhães e/ou em Barreiras. Essas trocas comerciais evidenciam o nível estreito de relações, criadas e intensificadas pelo agronegócio, entre essas cidades.

A melhor vitrine da difusão do consumo produtivo agrícola do Oeste Baiano tem sido os eventos que promovem o agronegócio da região, sejam feiras agropecuárias, dias de campo, eventos de premiações, etc. Em Luís Eduardo Magalhães acontece anualmente a Bahia Farm Show, maior exposição do agronegócio da região Nordeste. Em 2008, essa iniciativa substituiu a franquia da Agrishow, lançada em 2004 nessa cidade. O evento é considerado, no ramo agrícola, como “a feira de tecnologia agrícola e de negócios que mais cresce no Brasil”, ou ainda “a maior do Nordeste”. Posicionada entre as três maiores mostras do gênero, a feira ocupa o segundo lugar em vendas por visitantes em eventos de agronegócio no Brasil, ficando atrás apenas da pioneira Agrishow.

Na Bahia Farm Show é possível encontrar uma série de máquinas agrícolas similares àquelas vistas nos mercados europeus e norte-americanos simplesmente porque são as mesmas, principalmente em se tratando de equipamentos de grande porte: tratores, plantadeiras, colheitadeiras e pulverizadores. Muitos produtores estão preferindo adquirir máquinas agrícolas na Bahia Farm Show do que na Agrishow de Ribeirão Preto (SP). Existem muitos negócios que, iniciados em Ribeirão Preto, são concluídos na feira de Luís Eduardo Magalhães.



Figura 3 – Entrada da IX Bahia Farm Show. Luís Eduardo Magalhães/BA

Fonte: Camila Dutra, 2013.

A concentração desse tipo de estabelecimento em algumas cidades do Oeste Baiano, como em Barreiras, em menor grau, e em Luís Eduardo Magalhães, com maior destaque, tem modificado a paisagem urbana desses lugares e alterado, em alguns aspectos, o próprio modo de vida dos seus moradores. Contudo observamos que a difusão do agronegócio tem impactado a economia urbana não apenas das cidades mais importantes do Oeste Baiano, mas, em menor proporção, tem atingido também outras aglomerações urbanas da região, como Povoados e Distritos.

A modernização agrícola no Oeste Baiano tem proporcionado tanto o desenvolvimento de cidades já existentes, quanto o surgimento de novas aglomerações, redefinindo assim a ocupação do espaço e a rede urbana regional, afinal, como afirma Frederico (2010, p.66), “o novo urbano dos *fronts* agrícolas é composto por cidades funcionais às exigências produtivas do campo moderno”. Além de Barreiras e, posteriormente, Luís Eduardo Magalhães, que se tornaram centros fornecedores de serviços e comércios que atendem às atividades produtivas agrícolas, vemos também a emergência de núcleos urbanos, de menor dimensão, que se formam e se ampliam para dar apoio ao agronegócio.

O melhor exemplo de que o impacto causado pela difusão do agronegócio tem sido observado não apenas nas sedes urbanas das principais cidades do Oeste Baiano, mas também em algumas Vilas e Distritos da zona rural, é o caso dos Distritos de Roda Velha, em São Desidério, e de Vila Rosário, em Correntina. Nesses espaços ocorre a produção moderna dos grãos propriamente dita, mas também emerge aí um mercado de insumos agrícolas a partir da instalação de filiais de lojas de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras. Nesses núcleos urbanos existem revendas de máquinas e implementos agrícolas, tais como: John Deere, Valtra, Case, Massey-Ferguson, Agrale e vários comércios de insumos agrícolas. Há ainda promessas de futuras instalações de uma concessionária da New Holland.

Segundo Santos Filho (1989), com a lavoura mecanizada esses núcleos urbanos passam a desempenhar um duplo papel: base de apoio à transformação do campo e constituição de um mercado de trabalho acessível aos capitais que vão se agrupando em torno da soja e, aqui acrescentamos, das outras *commodities* agrícolas produzidas na região. No entanto, os lucros provenientes do comércio pujante de insumos agrícolas no Oeste Baiano é concentrado e direcionado, como todo o resto dos dividendos provenientes da difusão do agronegócio, para as mãos de um número reduzido de empresários.

A “seletividade espacial” (SANTOS, 1996, 2005, 2006) promovida pela difusão do agronegócio incide no processo de urbanização da região, com base em um processo de modernização excludente e agravamento do círculo vicioso da “pobreza urbana” (M. SANTOS, 1978). O rápido processo de urbanização de algumas cidades do Oeste Baiano tem essa influência, se caracterizando pelo crescimento urbano desordenado, por uma modernização desigual de suas áreas

e equipamentos urbanos e pela intensificação da segregação espacial e da violência urbana (C. SANTOS, 2016).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que uma das muitas formas que o agronegócio encontrou, portanto, para se reproduzir, de modo mais perfeito, foi o alargamento das possibilidades contidas no consumo produtivo agrícola, que se tornou cada vez mais complexo, moderno, diversificado e especializado. A organização espacial se redefine, em muitos momentos, para melhor atender a tais exigências da produção, e os rebatimentos serão manifestos tanto na cidade quanto no campo.

A modernização e ampliação das empresas, que compõem as redes agroindustriais que tangenciam o Oeste Baiano, têm resultado em uma maior e mais especializada demanda de consumo produtivo agrícola na região, refletindo-se, conseqüentemente, na urbanização e na economia urbana. Com isso, tem-se difundido no Oeste Baiano um número expressivo de empresas vendedoras de insumos e prestadoras de serviços que surgem, ou se incrementam, para atender às demandas dos empresários agrícolas à medida que eles capitalizam e tecnicizam suas lavouras.

A concentração das atividades voltadas para o campo moderno, em apenas algumas cidades da região, como Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, ou em algumas parcelas menores do espaço urbano-regional, tem promovido disparidades econômicas e políticas entre os municípios da região, e dentro deles também. Esse quadro é agravado pela incapacidade do Estado de resolver os problemas comuns de regiões cujo crescimento não obedece às fronteiras. O resultado é o aumento das desigualdades socioespaciais, bem como o surgimento de novos problemas na região.

Cabe destacar que as cidades do Oeste Baiano, tornaram-se polos, não apenas para a expansão do agronegócio e crescimento da economia urbana regional, mas também para uma economia da pobreza. Ao lado de plantações de grãos mecanizadas e altamente produtivas, encontram-se centros urbanos que crescem desordenadamente, sem infraestrutura adequada, isentos de saneamento básico, com escassez de postos de trabalho, com educação e saúde precárias, e inúmeras outras deficiências, ao mesmo tempo em que apresenta grandes enclaves urbanos destinados a uma pequena parcela da população com maior poder aquisitivo.

## REFERÊNCIAS

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e capitalismo**: um ensaio sobre a economia política. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BERNARDES, Júlia Adão. Fronteiras da agricultura moderna no Cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo. (Org.). **Geografias da Soja II: a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições / CNPq, 2009, p. 13-40.

CAMAGNI, Roberto. **Economía Urbana**. Barcelona: Antoni Bosch Ed., 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 5, p. 8-13, 2004.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**: A Região de Ribeirão Preto. São Paulo: Edusp, 2003.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006. p. 25-82.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v.13, n.2, p. 153-167, 2011.

ELIAS, Denise. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica** (Barcelona), 2012.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro. (Orgs.). **Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 22-60.

ENDLICH, Ângela Maria. **Maringá e o tecer da rede urbana regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1998.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado**: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Annablume, 2010.

MARX, Karl. Introdução [À Crítica da Economia Política] . In: MARX, Karl. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. Trad. Edgard Malagodi. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1982. [Edição original, 1859]

PRONI, Marcelo Weishaupt; SILVA, Ricardo Azevedo; OLIVEIRA, Hipólita Siqueira. A modernização econômica no setor terciário no Brasil. In: DIEESE. **O trabalho terciário**: emprego e desenvolvimento tecnológico. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 2005.

RUA, João. A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**. N. 2, 2005, p. 45-65.

SANTOS FILHO, Milton. **O processo de urbanização no Oeste Baiano**. Recife: SUDENE, 1989.



SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano**. Fortaleza (CE). 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do consumo produtivo na economia urbana de Mossoró (RN)**. Fortaleza (CE). 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. São Paulo, Editora Record, 2011.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006a. p. 53-64.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.